



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016108-07.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Alexandre Jose Coutinho da Rocha Lima**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**

### VISTOS

**ALEXANDRE JOSÉ COUTINHO DA ROCHA LIMA** (R. G. 46.700.923), qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas dos artigos 15 e 16, § único, da Lei 10.826/03, porque no dia 28 de agosto de 2013, por volta das 19h30, no campus I da USP, situado no Parque Arnaldo Schimidt, nesta cidade, portando uma arma de fogo tipo revólver, marca Taurus, calibre 38, municada e com a numeração suprimida, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, e ingressando em um alojamento onde estavam alguns estudantes, realizou três disparos com a referida arma.

Recebida a denúncia (fls. 212), o réu foi citado (fls. 224) e ofereceu defesa preliminar, respondendo a acusação (fls. 227/228). Na audiência de instrução e julgamento, ouvidas cinco testemunhas/vítimas (fls. 253/255), o réu foi interrogado (fls. 256). Em alegações finais o dr. Promotor de Justiça opinou pela condenação do réu nos termos da denúncia, enquanto a defesa requereu a absolvição sustentando que o réu cometeu os fatos no “anseio de que as vítimas o respeitassem” (fls. 252).

**É o relatório.**

**D E C I D O.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

Está comprovado nos autos que o réu, insatisfeito ou revoltado com o tipo de trote que recebeu de alunos veteranos da Universidade onde estudava (USP), adquiriu um revólver, que tinha a numeração suprimida, e invadindo o alojamento dos alunos realizou alguns disparos a esmo, sem atingir qualquer dos presentes, que se evadiram ao perceber a atitude do acusado.

Esse é o resumo dos fatos, extraído dos depoimentos das vítimas e também do próprio acusado (fls. 253/256), que sequer foi contestado pela defesa.

A arma que o réu portava tinha a numeração suprimida como demonstra o laudo pericial de fls. 210, que revela também a sua eficácia.

A ocorrência dos disparos, além da afirmação contida na prova oral, existe ainda a comprovação através do exame pericial juntado a fls. 199/205.

Mesmo que o réu tivesse sido submetido a algum tipo de trote inconveniente, tal fato era passado, acontecido meses antes, não constituindo em justificativa aceitável para o comportamento perigoso que praticou.

Inexiste, portanto, motivo algum para justificar e relevar o comportamento criminoso do réu, afastando a sua responsabilidade penal.

Sua condenação é medida que se impõe.

Resta examinar e decidir se o réu deve responder pelos dois crimes, em concurso material como pretende o Ministério Público, ou por crime único.

A acusação é de o réu portar arma de fogo com numeração suprimida e de ter feito disparos em lugar habitado.

O porte de arma desse tipo configura o crime previsto no artigo 16, § único, inciso IV, da Lei 10.826/03. E basta


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648**

simplesmente o porte para a caracterização do delito. Os disparos efetuados configuram, em tese, o delito do artigo 15 da mesma Lei.

Acontece que para a situação, quando há progressividade na ação delituosa, vigora o princípio da absorção ou consunção, pois é lesionado o mesmo bem jurídico, que é a incolumidade e a segurança públicas.

Desde a época em que as duas figuras eram consideradas como contravenção penal, já havia o entendimento que havia consunção entre ambas com reconhecimento de uma única infração. E agora que são tipificados como crimes, o entendimento continua sendo o mesmo.

**“Não ocorre concurso material entre os crimes de porte ilegal e disparo de arma de fogo, devendo ser, n estes casos reconhecida a ocorrência da consunção, já que o primeiro delito constitui meio material para executar o segundo. Ademais, o disparo de arma de fogo, em local público, configura crime mais grave do que simples posse ou porte, pois atinge a segurança pública, de forma que é crime – fim que aborve o crime – meio” (RT 791/619).**

No caso dos autos, mesmo sendo os disparos o crime fim, como este tem pena menos grave, será absorvido pelo do porte, que tem pena superior e a sua caracterização independe do uso da arma, como aconteceu na hipótese.

A unidade de contexto leva ao reconhecimento de um único delito, pois a segurança pública e a incolumidade pública foram lesionadas no mesmo momento.

Portanto, o réu será punido por crime único, no caso o mais grave, do artigo 16, § único, IV, da Lei 10.826/03.

Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA** para condenar o réu como incurso no artigo 16, § único, IV, da Lei 10.826/03, absorvida por este a imputação do delito do artigo 15 da mesma lei. Observando todos os elementos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

individualizadores da reprimenda (artigos 59 e 60, do Código Penal), bem como que o réu é primário e confesso, esta última circunstância caracterizadora de atenuante, estabelecendo desde logo a pena mínima, isto é, a restritiva de liberdade em três anos de reclusão e a pecuniária em 10 dias-multa, tornando-a definitiva à falta de circunstâncias modificadoras.

Estando presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituto a pena restritiva de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo uma de prestação de serviços à comunidade e outra de prestação pecuniária consistente no pagamento de 10 dias-multa, também, no valor mínimo.

Condeno, pois, **ALEXANDRE JOSÉ COUTINHO DA ROCHA LIMA** à pena de três (3) anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo, substituída a restritiva de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo uma de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, e outra de 10 dias-multa, também no valor mínimo, por ter infringido o artigo 16, § único, inciso IV, da Lei 10.826/03.

Em caso de reconversão à pena primitiva, restritiva de liberdade, sendo primário, cumprirá a sanção imposta no **regime aberto**.

Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita (fls. 269).

P. R. I. C.

São Carlos, 17 de junho de 2014.

**ANTONIO BENEDITO MORELLO**  
**JUIZ DE DIREITO**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**